

Marco Aurélio ajuda o Rio mais uma vez

Divida Pública
LUIZ ORLANDO CARNEIRO

BRASÍLIA – O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio, manteve a liminar que garante ao Estado do Rio redução de 80% nos pagamentos mensais da dívida com a União. O julgamento do mérito será em fevereiro, quando o Supremo volta do recesso. Os ministros do STF tendem a derrubar a liminar de Marco Aurélio. A questão é decisiva para o governo federal. Uma vitória do Rio abrirá um precedente para que outros Estados entrem com ações semelhantes, e afetem a arrecadação da União.

A redução é retroativa a junho do ano passado e compensa a perda de arrecadação do Estado do Rio – avaliado pelo governador Anthony Garotinho em R\$ 630 milhões – causada pelo plano de racionamento de energia elétrica. Se derrotado, o Estado terá que voltar a pagar as parcelas integrais da dívida.

No despacho do dia 4, quando deu ganho de causa pela primeira vez ao governo do Rio, Marco Aurélio criticou a “negligência” do governo federal e apontou falta de “definição de responsabilidade”: “Se alguém claudicou na arte de proceder, se

é possível cogitar de ato omissivo, iniludivelmente a definição da autoria direciona à órbita federal. A queda da receita decorrente de tributos, notada e sofrida pelos Estados federados, não teve origem nas respectivas administrações, mas sim, ao que tudo indica, na da União.”

A liminar mantida pelo presidente do STF tem como referência a ação proposta pelo Estado em junho do ano passado, com pedido de indenização por perdas tributárias causadas pelo racionamento, além da redução das parcelas mensais de pagamento da dívida com a União. O relator da ação, ministro Néri da Silveira, não acolheu o pedido. Em 14 de novembro, o pleno do STF negou o recurso do Estado.

O mérito da questão não foi discutido em novembro. Os ministros avaliaram apenas se era aceitável o pleito do Estado com base na declaração de constitucionalidade, pelo STF, da medida provisória que instituiu o plano de racionamento.

Em fevereiro, a liminar ontem mantida por Marco Aurélio será examinada pelo relator Néri da Silveira. Assessores do Supremo acreditam que o ministro proporá ao plenário a ratificação do seu primeiro voto – contra o Rio.